



EIXO TEMÁTICO:

- | | | |
|--|---|--|
| <input type="checkbox"/> Ambiente e Sustentabilidade | <input type="checkbox"/> Crítica, Documentação e Reflexão | <input type="checkbox"/> Espaço Público e Cidadania |
| <input type="checkbox"/> Habitação e Direito à Cidade | <input type="checkbox"/> Infraestrutura e Mobilidade | <input type="checkbox"/> Novos processos e novas tecnologias |
| <input checked="" type="checkbox"/> Patrimônio, Cultura e Identidade | | |

Cidade e História na Amazônia: Fortaleza de São José de Macapá – da gênese ao simbolismo do patrimônio

City and History in Amazon: Fortress of Sao Jose de Macapa – from the genesis to the symbolism of the heritage

Ciudad y Historia de la Amazonia: el Fuerte San Jose de Macapá – la génesis al simbolismo del patrimonio

TOSTES, José Alberto (1);

TAVARES, Ana Paula Cunha (2)

(1) Professor Pós-Doutor, Universidade Federal do Amapá, UNIFAP, Macapá, AP, Brasil; email: tostes.j@hotmail.com

(2) Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo, Bolsista do Programa de Iniciação Científica pelo CNPq, Universidade Federal do Amapá, UNIFAP, Macapá, AP, Brasil; email: anapaulactvrs@gmail.com

Cidade e História na Amazônia: Fortaleza de São José de Macapá - da gênese ao simbolismo do patrimônio

City and History in Amazon: Fortress of Sao Jose de Macapa – from the genesis to the symbolism of the heritage

Ciudad y Historia de la Amazonia: el Fuerte San Jose de Macapá – la génesis al simbolismo del patrimonio

RESUMO

Macapá é uma cidade de faixa litorânea banhada pelo rio Amazonas, centro de referência regional e maior cidade do estado, detentora de um patrimônio histórico nacional significativo: a Fortaleza de São José de Macapá, edificação imponente na paisagem da cidade. A fortificação refletiu a visão estratégica lusitana acerca da importância de defesa e ocupação das colônias, integrante de um amplo sistema implantado no espaço amazônico. Constata-se que inicialmente sua construção foi fruto de uma ação de caráter estratégico-militar, contudo adquiriu novas funções e valores com o passar dos anos, chegando ao seu status atual de patrimônio valorizado e preservado como parte da identidade amapaense e amazônica. O estudo contribui para analisar o simbolismo e o processo histórico pelo qual passou até a contemporaneidade. O método de análise é o lógico histórico, e a relevância está pautada na discussão sobre a importância deste patrimônio no ideário amazônico. A Fortaleza de São José foi fundamental para o desenvolvimento da cidade de Macapá às margens do rio Amazonas, sendo assim, possui grande significado histórico e faz parte da paisagem cultural da Amazônia e do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Ocupação, Amazônia, Fortaleza de São José de Macapá, Patrimônio

ABSTRACT

Macapa is a city of coastline washed by the Amazon River, regional's reference point and state's largest city, which owns a significant national heritage landmark: The Fortress of Sao Jose de Macapa, important building in the city's landscape. The fortification reflected the Lusitanian's strategic vision about the importance of the colonie's defense and, part of a larger system deployed in the Amazon region . It appears that initially its construction was the result of an military-strategic action, yet acquired new functions and values over the years, reaching its current status of valued and preserved heritage as part of Amapá's and Amazon's identity. The study contributes to analyze the symbolism and the historical process by which spent up until contemporary times. The method of analysis is the logic historical, and it's relevance is guided by the discussion about the importance this heritage in the Amazon scenario. The Fort of San Jose was fundamental to the development of the city of Macapa on the Amazon river, therefore, has great historical significance and is part of the cultural landscape of the Amazon and the Brazil.

KEY-WORDS: Occupation, Amazon, Fortress of Sao Jose de Macapa, Heritage

RESUMEN

Macapá es una ciudad costera bañada por el río Amazonas, es la ciudad del estado central y regional más grande, tiene un importante patrimonio de la historia nacional: La Fortaleza de San Jose de Macapá, imponente monumento en el paisaje de la ciudad. La fortificación refleja la visión estratégica lusitana sobre la importancia de la defensa y la resolución de las colonias, forma parte de un sistema más grande desplegado en la región amazónica. En principio su construcción fue el resultado de una acción de carácter estratégico-militar, pero adquirió nuevas funciones y valores a lo largo de los años, llegando a su estado actual de las acciones de valor y preservación como parte de la identidad de Amapá y la Amazonía. El estudio contribuye a analizar el simbolismo y el proceso histórico por el que pasó hasta la época contemporánea. El método de análisis es el lógico histórico, y se guía por la discusión pertinente



sobre la importancia en los ideales del Amazonia. El Fuerte de San José fue fundamental para el desarrollo de la ciudad de Macapá en el río Amazonas, por lo tanto, tiene un gran significado en la historia y forma parte del paisaje cultural de la Amazonía y del Brasil.

PALABRAS-CLAVE: *Ocupación, Amazonía, Fortaleza de San José de Macapa, Patrimonio*

1 INTRODUÇÃO

A formação territorial de Macapá fez parte do processo de constituição de cidades na Bacia Amazônica, condicionado por fatores históricos, políticos e econômicos influenciados por uma conjuntura internacional, imposta através de ações do governo lusitano no papel de colonizador da região. Sendo assim, foi contemplada pela coroa portuguesa com medidas de ocupação e defesa, assumindo papel importante na consolidação da Amazônia.

Hoje, Macapá é a capital do estado do Amapá, cidade consolidada e ponto de referência regional, contudo padece com fragilidades que tem origem no contexto dentro do qual foi instalada. Em 256 anos, é visível o crescimento do núcleo urbano, possuindo um cenário latente de formação de bairros, sendo uma cidade em pleno processo de crescimento horizontal e vertical. Dotada de infraestrutura, concentra boa parte da população do estado, e tem a Fortaleza de São José como um de seus principais componentes paisagísticos, onde relações e valores são construídos e desconstruídos ao seu redor.

O trabalho foi desenvolvido de acordo com uma metodologia pautada em análises qualitativas de estudos sobre a cidade e a história da Amazônia, materializados por Vicentini, complementados por argumentações debatidas por Tostes, Vasconcelos e Canto. Constituir-se-á através de uma ordem lógica iniciada pelo contexto histórico-político amazônico de ocupação no período colonial, seguindo para o caso específico da Fortaleza de São José de Macapá, tendo em vista seu papel na consolidação do estado do Amapá, chegando à conjuntura atual da fortificação como patrimônio cultural e o cenário que compõe no século XXI.

Diante do exposto, infere-se a relevância deste estudo para análise da simbologia construída através da Fortaleza de São José de Macapá, compreendendo sua importância histórica e inserção na contemporaneidade. Constatam-se momentos históricos e episódios marcantes no decorrer de sua existência, percebendo a influência de diversos acontecimentos na transformação da paisagem, tanto da Fortaleza quanto da cidade. Objetiva-se assim o entendimento de sua significação no cotidiano amapaense e no imaginário popular, inferindo-se sua monumentalidade não só regional, mas nacional.

2 HISTÓRIA E CIDADE DA AMAZÔNIA

As cidades amazônicas surgiram inicialmente como povoados, estabelecidos por nações estrangeiras para explorarem riquezas e contestarem posse da terra. Segundo CAVALCANTE (1997) o litoral e o baixo Amazonas foram algumas das primeiras regiões ocupadas, primeiramente incutidas por franceses, ingleses e holandeses para realização de trocas comerciais com índios, muitas vezes havendo o estabelecimento de benfeitorias e pequenos fortins quando instalados. Todavia, apesar de diversas tentativas de ocupação territorial no início do século XVII, boa parte delas foi frustrada por índios, a exemplo da primeira expedição inglesa ao Amazonas.

Essas expedições mostraram-se de extrema importância para ocupação do espaço amazônico. Através delas eram descobertas novas terras, caminhos e as chamadas “drogas do sertão”, produtos de alto valor comercial no mercado europeu. Sendo assim, tomadas de conhecimento da área tornaram-se de interesse tanto para o governo lusitano, que visava dinamizar sua economia, quanto para colonos, que também buscavam as riquezas da terra.

Segundo VICENTINI (2004):

De forma diversa, nas colônias da América Portuguesa, o conceito de cidade vinculava-se, ainda, nos séculos XVII e XVIII, à questão de estratégia de domínio territorial, na qual a cidade era considerada como lugar de apoio logístico, com ênfase na apropriação e expropriação de riquezas. (VICENTINI, pg. 62, 2004)

Com o tempo, consolidam-se os povoamentos e há a gênese da ocupação urbana da Amazônia. Nasce, como definido por VICENTINI (2004), o urbano colonial barroco na Amazônia como lógica de penetração, havendo a instalação de preceitos de metrópoles trazidos pelo colonizador de além-mar, com a concepção urbana oriunda da soberania dos estados absolutistas. Locam-se as cidades amazônicas como pontos estratégicos de defesa militar do território e comercialização de especiarias.

A cidade de Belém, por exemplo, foi implantada de forma a garantir o acesso e o controle do litoral e do vale amazônico. Já Macapá, foi criada em posição que permitia a visualização de qualquer embarcação que navegasse pelos entrepostos amazônicos do Pará e Amazonas. Assim as cidades emergiam a partir de pontos específicos e traçavam os primeiros desenhos urbanos dentro do espaço da floresta. Por conseguinte, iniciava-se o crescimento de atividades econômicas e a demanda de mão de obra aumentava, institucionalizando-se assim a escravidão de indígenas, movimento significativo para a descoberta de novas regiões devido à caça aos índios.

Neste ínterim temos a figura das missões jesuítas, atores importantes na ocupação amazônica. Defensores dos direitos indígenas, conseguiram a proibição do tráfico de índios, estabelecendo-se como instituição responsável pelos cuidados à população nativa. Logo, fundam-se diversas missões religiosas ao longo da bacia Amazônica, visando educar os indígenas e adapta-los as novas condições de vida impostas pelos colonos portugueses. Entretanto, continuavam sendo explorados, mesmo que de forma velada, trabalhando no cultivo e coleta coletiva em troca de artigos diversos, contribuindo para o enriquecimento e expansão das missões religiosas (figura 01), e consequente expansão da ocupação da região amazônica, localizando-se junto aos fortes, consolidando o papel das fortificações nos locais onde se posicionavam.



Fonte: Yara Vicentini, 2004; Adaptação: a autora, 2014.

FRANÇA (apud VICENTINI, 2004) define essa formação de cidade como cidade indígena jesuítica:

O modelo teórico da cidade indígena jesuítica, embora pressupondo, paradoxalmente, uma concepção urbana barroca, apresenta uma exequibilidade pragmática, face às circunstâncias coloniais, constituindo na América Latina a única alternativa planejada e regular ao modelo de aglomerados nas “ordenanzas de población”(…). (VICENTINI, pg. 144, 2004)

Colaborando com a ocupação espacial, após a retirada em 1757 dos missionários, havia a ação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, que estimulou a formação de diversas cidades ao longo da Bacia Amazônica, através da distribuição de sesmarias para colonos e soldados para o cultivo e sua expansão, além de promover a reativação e criação de diversos fortes. Sendo assim, incentivou-se a implantação de funções comerciais e urbanas de natureza político-administrativa, fazendo prósperas algumas áreas, como Cameté, no baixo Tocantins.

A política colonial do Primeiro Ministro de Portugal, Marquês de Pombal – articulada com a Metrópole Portuguesa e colocada em prática pelo Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do próprio Marquês – foi nitidamente, a de promover a ocupação do espaço com vilas e lugares, após a retirada dos missionários em 1757, assegurando, para este fim, a intercomunicação fluvial, através de Cuiabá, e estabelecendo o controle da Amazônia de forma descentralizada. (VICENTINI, pg. 92, 2004)

A ação do primeiro ministro na criação de Companhias Monopolistas de Comércio Internacional, nos moldes da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, representou a institucionalização da administração colonial e seu consequente aperfeiçoamento, consolidando o papel de ação municipal. Institucionalizadas as cidades, estas passam a se organizar de maneira mais ordenada, apresentando em sua maioria estruturas em malha reticulada, por vezes centralizada, influenciadas pelo pragmatismo da engenharia militar.

Com o crescimento das cidades ocorrem transformações no quadro sociopolítico institucional da Amazônia, com a inserção de novas raças ao convívio local (mamelucos, cafuzos, mulatos - fruto da miscigenação entre povos), mudança no sistema de transportes, maior oferta de mão de obra e o início da exploração da borracha, em meados do século XIX. Isto resulta na redefinição das formas de ocupação do território, segundo novas cidades de colonização e novos projetos de infraestrutura, havendo uma maior expressão do urbanismo. Graças às diversas condições físicas dos sítios há uma pluralidade de formas de construção de cidades amazônicas, sobretudo no fim do século XIX e início do século XX.

GÊNESE E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

A área da província dos Tucujus (atual Amapá) desde os primórdios do processo de expansão marítima e disputa de terras, foi objeto de cobiça de nações estrangeiras, tendo em vista seu posicionamento estratégico e suas fartas riquezas naturais. Os primeiros registros de tentativas de colonização da área datam de antes de 1610, sendo palco de disputas entre holandeses, franceses e ingleses.

Inúmeras foram as investidas de estrangeiros na intenção de se estabelecer no local, todas sem sucesso, frustradas por comissões de defesa enviadas pelo governo integrado de Portugal e Espanha. Segundo o Tratado de Tordesilhas acordado em 1494, a região em questão, ainda parte da província do Grão-Pará, pertencia à Espanha, comum a Portugal, no período de reinado dos Reis Filipes 2º, 3º e 4º, época em que foram constituídas as primeiras fortificações da região, a exemplo do Forte de Cumaú. Edificado em 1632, próximo à atual localização do Município de Santana, a mando de uma companhia inglesa, foi uma tentativa de ocupação das margens do Amazonas, posteriormente arrasado a mando do governo português.

Anos mais tarde, em 1688, uma fortaleza denominada Santo Antônio de Macapá é erguida no mesmo lugar onde estava o Forte de Cumaú, representando a primeira fortificação portuguesa na região. Em 1697 esta fortificação é invadida por Franceses, contudo as tropas lusitanas conseguem deter a invasão garantindo a posse das terras após uma batalha árdua que resulta em danos à fortificação. Com o passar dos anos a estrutura não resiste e em 1763 encontra-se arruinada, marcando a futura localização da Fortaleza de São José de Macapá.

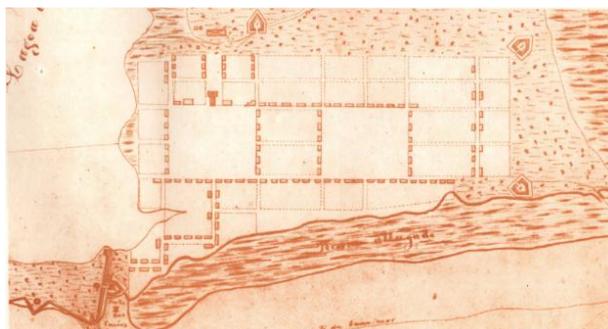
Percebe-se através dos episódios descritos a importância da região como ponto geopolítico notório no contexto da ocupação colonial, justificando-se o interesse lusitano em garantir e defender sua posse. De acordo com VIDAL (1983), após inúmeros conflitos, em 1738 João de Abreu Castelo Branco, Governador da província do Grão-Pará, loca um destacamento militar, onde hoje se encontra a Fortaleza de São José de Macapá. Tal ação teria garantido a colonização da região de Macapá em um período posterior, datado de 1751.

Segundo VIDAL (apud TOSTES,2006)

Esta colonização fez parte da política de ocupação da Amazônia, adotada pela metrópole e comandada por Diogo de Mendonça Corte Real, que dirigia os negócios ultramarinos. Essa política preconizava a fortificação da fronteira, precaução contra a ambição dos franceses e o estabelecimento de povoações que seriam os elementos capazes de garantir a vida organizada e permanente que faltava e sem a qual não se realizaria, em definitivo, o velho programa de ali fixar a soberania luso-brasileira. (VIDAL, 1983)

Dessa forma, em cumprimento a tal política, em 1751, Mendonça Furtado, então governador do Grão-Pará traz os primeiros colonos para se fixarem na região. Em fevereiro de 1758, é erguido o pelourinho na Praça de São Sebastião (atual Praça Veiga Cabral), fundando oficialmente no antigo povoado a Vila de São José de Macapá (figura 02). Em meio a conflitos internacionais quanto à disputa da região estratégica, Portugal decide tomar medidas energéticas para reter em definitivo o território para si. Então, Marquês de Pombal, primeiro-ministro de Portugal, desenvolve um sistema defensivo para a Amazônia, significativo na definição territorial brasileira.

Figura 02 – Primeiras projeções do núcleo urbano da Vila de Macapá



Fonte: Planejamento Urbano, Turismo e Arquitetura. Consultoria de H. J. Cole + Associados S.A.

Neste contexto, a construção de diversas fortificações espalhadas pelo território amazônico foi prevista, visando à definitiva posse e conseqüente exploração das terras. Dentre estas se encontra a Fortaleza de São José de Macapá, obra imponente e símbolo da soberania lusitana. Sua construção já constava dos planos de Mendonça Furtado, administrador colonial português, desde a criação do povoamento de Macapá (1751). Tal ação integrava planos de ampliação das fronteiras da colônia, estipuladas em definitivo pelo Tratado de Santo Idelfonso (1777), que tornava legítima a posse do território pelos lusitanos.

De acordo com CANTO (2011):

(...) a determinação de erigir-la na foz do Rio das Amazonas constituiu-se uma missão marcada pela vontade política do Marquês de Pombal em ampliar o reino português e potencializar sua economia. (CANTO, pg. 29, 2011)

Então, em 1764, administrada pela capitania do Grão-Pará, através do governador Ataíde Teive, a construção é iniciada, sob a coordenação de Henrique Antônio Galúcio, posteriormente substituído por João Geraldo Grafelts, arrastando-se lentamente até 1782, quando é inaugurada, ainda com partes do projeto não executadas. A obra foi de fundamental importância para o desenvolvimento da Vila e posterior consolidação da cidade de Macapá, como é enfatizado por CANTO (2011):

Considerar, então, a obra (Fortaleza) como gênese da ocupação significa dizer que a fortificação representou a constituição física da vila, tanto econômica como politicamente, pois sem a guarnição militar que ela abrigou durante parte da sua construção, é possível que Macapá não tivesse sobrevivido. As obras representam, pois, a fixação da população e a formação política do lugar. (CANTO, pg. 30, 2011)

Percebe-se como uma medida estratégica de ocupação territorial inferiu na mudança do perfil de uma região e, até os dias atuais influencia na conformação da cidade, bem como na formação cultural e simbólica de seu povo. Junto com o rio Amazonas, tornou-se uma das referências que restaram ao longo de um trajeto histórico na cidade de Macapá. Apesar de seu surgimento tardio (seis anos após a fundação da Vila de Macapá), a Fortaleza é considerada um dos maiores símbolos da ocupação territorial portuguesa na região amazônica, tendo em vista que a partir dela difundem-se os eixos de povoamento, expansão e de estratégia de defesa do território pela foz do rio Amazonas.

Usos e Novas Simbologias da Fortaleza De São José

Em Macapá tem-se a Fortaleza de São José (figura 03) como o maior monumento edificado na história construída do Amapá. Produto de diversas percepções, apropriações e temporalidades, tem um papel consolidado no espaço urbano, como patrimônio tombado e eixo de referência para a cidade e seus diferentes usos. Carregada de simbolismos, é parte da memória em constante transformação perante a concepção da população quanto à criação de elo entre identidade e local, recebendo valores e atribuições distintas no decorrer do tempo.

Figura 03 – Fortaleza de São José de Macapá



Fonte: Governo do Estado do Amapá

Inicialmente lhe foram atribuídos valores estratégicos dentro do sistema de defesa desenvolvido na Amazônia. Como na época a área era um local de incursão difícil devido à densa vegetação existente e a baixa quantidade de recursos de auxílio à exploração, o melhor



meio de entrada era por vias marítimas. Locada às margens do rio Amazonas, foi de fundamental importância na intimidação e vigilância de nações estrangeiras que tentassem adentrar no território amazônico, apesar de não ter tido de fato uso militar em confrontos, reafirmando seu caráter mais simbólico do que combativo.

Com a criação do povoamento da Vila de Macapá, assumiu papel de centro geométrico de referência para o traçado das primeiras ruas e loteamentos do aglomerado, tendo em seu redor a constituição inicial de um núcleo urbano. Seu entorno foi ocupado com a construção da Igreja matriz, casebres, pontos de atracação de embarcações e usufruto das margens do rio próximas para atividades de lazer, bem como domésticas (lavagem de roupas e afins). Com o passar dos anos a ocupação se expande e a Vila se constitui, havendo um centro comercial estabelecido, conformando características urbanas primitivas que firmaram uma hierarquização do espaço que posteriormente caracterizaria a cidade de Macapá.

Após a independência do Brasil a fortificação foi entregue ao governo imperial, que demonstrou pouco interesse em sua preservação e manutenção, tendência seguida quando esteve sobre a tutela da Companhia do Grão Pará e Maranhão e posteriormente do estado do Pará. Sujeita a uma desvalorização e pouca interferência de ações governamentais, a Fortaleza padeceu em um processo de esquecimento que resultou em danos a sua estrutura e degradação da figura imponente de épocas passadas.

Na constituição do Território Federal do Amapá, as ações governamentais passam a ser descentralizadas e há melhor tutela da fortificação. Então tomada pela floresta circunvizinha e deteriorada pelo período de abandono e ação de fatores naturais, passou por um processo de recuperação a partir do qual foi possível, na década de 50, o tombamento do forte como patrimônio histórico e cultural, procedido pelo então SPHAN (Superintendência do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), assumindo uma nova figura perante sua legitimação quanto instituição.

Inicia-se um processo de ressignificação da fortaleza como aspecto histórico e simbólico de Macapá, buscando um reconhecimento da sociedade quanto sua importância sociocultural. Identifica-se a necessidade de apropriação do monumento como condição para sua preservação, então, através de projetos desenvolvidos no governo de Janary Nunes, o forte passa a sediar ações socioculturais, com o abrigo das sedes de órgãos governamentais, bem como a instituição da Fortaleza como centro de lazer, onde se realizavam desfiles cívicos e competições esportivas. Assim, constata-se uma efetiva apropriação da fortificação por parte da sociedade amapaense, reconhecendo o espaço como símbolo social, cívico e cultural do território.

Contudo, com o passar dos anos percebe-se que o tombamento não foi garantia de ações efetivas para agregar valores ao forte e realizar manutenção e preservação eficiente e contínua de sua monumentalidade, tendo em vista que assume usos e ocupações posteriores em dissonância com sua condição de patrimônio. Sob tutela do comando da guarda territorial, durante a ditadura, é instituído como base de instalações militares, abrigando prisioneiros e tendo suas imediações cedidas para a instalação do clube social do círculo militar e um grande estacionamento.

O novo uso atribuiu funcionalidade inadequada a área, resultando no aterramento de boa parte do seu entorno e sua descaracterização como patrimônio, dissociando a fortificação da memória positiva da população. Apesar da existência de um clube social infere-se que poucos eram aqueles que tinham acesso para uso, logo a população vê-se novamente afastada do

forte. Sob ações autoritárias um novo processo de abandono social começa e a Fortaleza assume função e simbologia puramente militar.

Na década de 80, ocorrem conferências mundiais sobre o patrimônio cultural, o que desperta a equipe técnica da divisão de assuntos culturais da Secretaria de Educação e Cultura do Estado para a necessidade de reapropriação pública do espaço. Sendo assim, a sociedade é estimulada a visitar o forte, iniciando um trajeto de divulgação do monumento. Entretanto a ação foi pouco eficiente, não havendo uma ressignificação do forte como algo de extremo valor e importância para a população amapaense.

Como fruto de processos de usos e desusos, em 1995, já no estado do Amapá, iniciam-se a aplicação de medidas de restauração da Fortaleza, como um esforço em prol do reconhecimento de seu potencial histórico, patrimonial e turístico. É instituída a Fundação Museu da Fortaleza de São José de Macapá, que se torna responsável pela administração do forte, bem como seu gerenciamento e planejamento de ocupação. Isto marcou um fator significativo na consolidação do panorama da fortaleza como espaço de lazer e cultura a ser valorizado pela população local e nacional.

A função social como ponto turístico de lazer e convívio social é consolidada pela criação de um parque em sua área de entorno, inaugurado em 2006. O empreendimento propôs a reestruturação de um espaço público em desuso, enfatizando o elo entre cidade, rio e forte, tão característico da região. Durante o processo de execução foram encontrados remanescentes arqueológicos nas proximidades da Fortaleza, bem como a descoberta de obras externas de defesa e praças de armas, sobrepostas ao longo dos anos por aterros inapropriados.

O projeto concebido por Rosa Grena Kliass revelou-se fundamental no restauro de boa parte da fortaleza e seu entorno, bem como na definitiva afirmação de sua figura como monumento imponente na paisagem da cidade de Macapá e da região Norte. Houve a reintegração do forte com a cidade e com a população, que redescobre, reconhece e lhe atribui novos significados e valores. A identificação fez com que a sociedade se sentisse responsável pelo monumento, transpassando sua valorização histórica, no tocante que integra o imaginário popular como motivo de orgulho e bem pessoal.

A reafirmação como componente da paisagem urbana ocorreu após sua eleição como uma das sete maravilhas brasileiras. Eleita por votação popular, através de um concurso realizado por uma grande revista de circulação nacional, teve grande projeção, legitimando-se como patrimônio histórico e cultural brasileiro, produto de uma época que transcendeu as barreiras do tempo e ainda consegue se impor dentro dos mais diversos contextos.

Infere-se o longo processo de transformação da figura da Fortaleza de São José de Macapá, posta social e historicamente no espaço-tempo de sua construção, é unívoca quanto sua identidade e heterogênea quanto sua interpretação. Assumiu usos distintos ao longo das décadas, caracterizando-se por um passado de glória perante o domínio da região amazônica, contudo atualmente, apesar da dimensão já alcançada, ainda assume uma figura secundária segundo sua valorização e uso diante de instituições governamentais.

Visível é sua simbologia como atribuída, todavia esta não é apropriada. Percebe-se o reconhecimento do monumento, tanto por parte da população, quanto por instituições governamentais, entretanto há uma lacuna de ações institucionais eficazes para fortalecer e consolidar a imagem da Fortaleza não somente como referência histórica e da cidade, mas

também como instituição funcional e sustentável. Uma gestão eficiente do patrimônio ainda não está consolidada, implicando em entraves no funcionamento e usufruto concreto da edificação, apesar de um dia já ter assumido papel crucial para o desenvolvimento urbano de Macapá, tendo em vista sua importância dentro dos planos urbanos desenvolvidos, em que é tida como eixo para traçados urbanos e distribuição de bairros, implicando na conformação do território urbano não só de Macapá, mas também do município de Santana, que até 1897 se configurava como distrito da capital.

Deste modo pode-se entender a Fortaleza de São José de Macapá sob a mesma ótica que trata VICENTINI (2004) as cidades amazônicas, como um “artifício” imposto na bacia amazônica, que apresenta fragilidades quanto à agregação de serviços e assistência a população, assumindo um papel irregular, na maior parte do tempo restrito a sua historicidade. Aquilo que um dia fez parte de uma estratégia de defesa do território amazônico hoje se torna um monumentalismo da arquitetura militar portuguesa, fruto de um projeto inconcluso e imediatista, preocupado com o espaço-tempo de sua construção, sem o vislumbre da figura de uma fortificação de tal porte no futuro.

3 CONSIDERAÇÕES

O processo histórico de formação das cidades amazônicas foi algo peculiar, condicionado a aspectos políticos, econômicos e culturais geradores de uma região multifacetada e novas configurações do território. Tendo em vista seu processo de ocupação e as fragilidades institucionais e político-sociais às quais a região é submetida, infere-se seu contexto adverso quanto à forma de existência urbana e cultural.

A Fortaleza de São José de Macapá assumiu papel importante no processo de consolidação territorial brasileira, podendo ser considerada como fruto de diversas apropriações e temporalidades, sobretudo na condição de patrimônio histórico. A fortificação representa muito mais que apenas um monumento, é uma peça significativa carregada de simbologia cultural, social e política, contudo não é perceptível uma apropriação de sua monumentalidade como algo a contribuir socialmente e manter-se de maneira sustentável.

Destaca-se que a Fortificação tem sido tratada em isolado como patrimônio, dissociada de uma memória estabelecida entre o forte, a vila e a própria Amazônia, não se apropriando de um fator importante na consolidação da cidade que está casado com sua significação como eixo de orientação urbana, o centro histórico de Macapá. Não há uma visão contemporânea do forte, o que impede sua legitimação como instituição ativa, indo além da perspectiva histórica perante o imaginário popular.

Deste modo, no decorrer do trajeto histórico percebe-se a desagregação de valores ao monumento, fruto de fragilidades sobre as quais a cidade foi edificada. A grande obra lusitana do século XVIII assume uma imagem figurativa, como um patrimônio falho quanto à apropriação factual pelo poder público e pela sociedade, inferindo-se a instabilidade do processo de gestão patrimonial. Junto a outras fortificações instituídas, caracteriza um quadro de baixa efetividade atual no contexto de consolidação de sua integração no cenário amapaense do século XXI e suas peculiaridades como objeto de valor nacional, apresentando-se puramente como memória edificada de uma época passada.



REFERÊNCIAS

- AMAPÁ. Governo do Território Federal do Amapá. Planejamento Urbano, Turismo e Arquitetura. Consultoria de H. J. Cole + Associados S.A. 1976/1979.
- AMAPÁ. Governo do Estado do Amapá. 2006.
- CANTO. Fernando Pimentel. Vertentes Discursivas da Fortaleza de São José de Macapá: das cartas dos construtores às transformações e apropriações simbólicas contemporâneas. 2011. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional. Universidade Federal do Amapá. Macapá –AP.
- CAVALCANTE, Jarbas A. Fortaleza de São José de Macapá. 2ªed. Macapá: São José, 1997. 119 p.
- TOSTES, José Alberto. Planos Diretores do Estado do Amapá: uma contribuição para o desenvolvimento regional. Série Arquitetura e Urbanismo na Amazônia. Macapá: Tostes, 2006. 192 p.
- VICENTINI, Yara. Cidade e História na Amazônia. Curitiba: UFPR, 2004. 290 p
- VIDAL, Estácio. História do Amapá. Macapá: Imprensa Oficial do Amapá, 1983.